


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010984-43.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 27/03/2014 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

JOSÉ LUIS DA SILVA propõe ação de conhecimento contra **CPFL - COMPANHIA PAUISTA DE FORÇA E LUZ**. Um poste de fiação de energia elétrica instalado em frente ao seu imóvel está impedindo a ampliação do portão da garagem. Solicitou à ré a remoção, mas esta exige o pagamento de R\$ 3.809,42 pelo serviço. A exigência é ilegal, uma vez que o poste limita o exercício dos poderes de propriedade do autor sobre o imóvel, e ademais a Lei Estadual nº 12.635,07 garante-lhe a isenção em tal caso. Sob tais fundamentos, pede a condenação da ré na obrigação de remover o poste gratuitamente.

A ré foi citada e contestou (fls. 20/23). Sustenta que o poste, no local em que instalado, permite o acesso do autor ao imóvel pela garagem. Se não bastasse, a Lei Estadual nº 12.635/07 é inconstitucional pois viola competência exclusiva da União Federal (art. 22, IV, CF). Quando o autor comprou o imóvel, o poste já estava instalado naquele local. Há a necessidade de cobrança pelos serviços que decorrem da simples conveniência do autor. A cobrança é autorizada pela ANEEL, Res. 414/10, art. 102. Salientou que a infraestrutura é compartilhada com outras empresas - telefonia, televisão, internet. Sob tais fundamentos, pediu a improcedência.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é procedente.

O art. 2º Lei Estadual nº 12.635/07 estabelece: "**Os postes de sustentação à rede elétrica, que estejam causando transtornos ou impedimentos aos proprietários e aos compromissários compradores de terrenos, serão**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

removidos, sem quaisquer ônus para os interessados, desde que não tenham sofrido remoção anterior".

Trata-se precisamente do caso dos autos, em que o poste de sustentação à rede elétrica está causando impedimento ao autor, que se vê impossibilitado de ampliar o portão de sua garagem para que nesta caibam dois veículos.

A lei estadual em questão não é inconstitucional como alega a ré, pois não se está dispondo sobre o serviço de energia (art. 22, IV, CF), propriamente, e sim sobre direito urbanístico (art. 24, I, CF) ou do consumidor (art. 24, V e VIII, CF). O serviço de energia não é afetado, em qualquer medida, pela remoção do poste; inexistente razão objetiva para se reconhecer, *in casu*, a competência da União Federal.

O interesse do autor não deve ser entendido como simples conveniência, e sim como expressão legítima do seu direito à propriedade (art. 5º, XXII, CF), de usar livremente a coisa, de exercer o domínio em sua plenitude (art. 1.228, CC) – respeitando direitos de terceiros e a função social da propriedade.

O poste, instalado em frente à sua residência, constitui ingerência estatal ao seu direito de proprietário. Ingerência legítima, fundamentada no interesse público, mas que, neste caso, concretamente está gerando sacrifício desproporcional, justificando a remoção para que se estabeleça uma concordância prática entre os interesses conflitantes; não cabendo, por certo, ao autor suportar os custos da remoção, pois almeja tão-só o exercício regular de um direito reconhecido; descabida a pretensão da ré de que o autor se sacrifique duplamente: tolerando a existência do poste e ainda tendo que arcar com as despesas de remoção para outro local em que o sacrifício seja menor.

Irrelevante, por outro lado, se quando o autor adquiriu o imóvel, o poste já estava no local, pois tal fato não afeta o direito à remoção gratuita.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e **CONDENO** a ré a remover gratuitamente o poste de sustentação à rede elétrica, localizado em frente à residência do autor, para local em que não traga transtornos aos moradores, preferencialmente na divisa entre os lotes, no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00; **CONDENO** a ré, ainda, em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 500,00.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Transitada em julgado, intime-se pessoalmente (Súm. 410, STJ) a ré a cumprir a obrigação de fazer no prazo de 60 dias, sob pena de incidência de multa diária de R\$ 100,00.

P.R.I.

São Carlos, 09 de abril de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA